

Proposta de redação

TEXTO I

A nova legislação, chamada de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiências, garante condições de acesso à educação e saúde e estabelece punições para atitudes discriminatórias contra essa parcela da população.

Hoje no Brasil existem 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. A lei foi sancionada pelo governo federal em julho e passa a valer somente agora, 180 dias após sua publicação no Diário Oficial da União.

Um dos avanços trazidos pela lei foi a proibição da cobrança de valores adicionais em matrículas e mensalidades de instituições de ensino privadas. O fim da chamada taxa extra, cobrada apenas de alunos com deficiência, era uma demanda de entidades que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência.

Quem impedir ou dificultar o ingresso da pessoa com deficiência em planos privados de saúde está sujeito a pena de dois a cinco anos de detenção, além de multa. A mesma punição se aplica a quem negar emprego, recusar assistência médico-hospitalar ou outros direitos a alguém, em razão de sua deficiência.

Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/estatuto...> > Acesso em 20 jul 2016.

TEXTO II

A Constituição Brasileira, de 1988, prevê o direito universal à Educação em seu artigo 208. O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, garante o mesmo. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) definiu regras a respeito da inclusão escolar, que foram reforçadas pela Política Nacional de Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2007. Todos esses passos foram dados em direção a uma educação a que todos tenham acesso, independentemente de dificuldades físicas e intelectuais - e de qualquer outra natureza.

"Não há como dissociar a inclusão educacional da social", afirma a psicopedagoga Mary Lopes Frizanco, de São Bernardo do Campo (SP), lembrando que a exclusão escolar no Brasil também atinge os pobres e outros grupos vítimas de preconceito. "As escolas tiveram o prazo de 10 anos, dado pelo MEC, para se adaptar à realidade da inclusão. Esse período acabou em 2010, mas ainda estamos caminhando nesse sentido", pondera a especialista em educação especial.

[...]

Aceitar alunos com dificuldades de aprendizado é uma coisa; garantir a eles o real acesso ao conteúdo é outra. Em outras palavras, a inclusão na prática é diferente da do papel. "Dar a vaga porque existe a lei não é suficiente", ressalta a psicopedagoga Sheila Pinheiro, lembrando que, a partir do momento em que a escola recebe uma criança com deficiência, todos, do porteiro ao diretor, têm de participar do processo de inclusão. "A diferença deve ser aceita com naturalidade afinal, todos somos singulares", argumenta Mary Lopes.

Disponível em: < <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportament...> > Acesso em 20 jul 2016.

TEXTO III

Aplicativo gratuito auxilia crianças com deficiência

"Todas as crianças aprendem no dia a dia, brincando, participando das atividades de vida diária, em casa, na escola, em diversos ambientes. No caso de uma criança com deficiência é da mesma forma, mas esse aprendizado muitas vezes precisa de orientações e um acompanhamento especializado", defende.

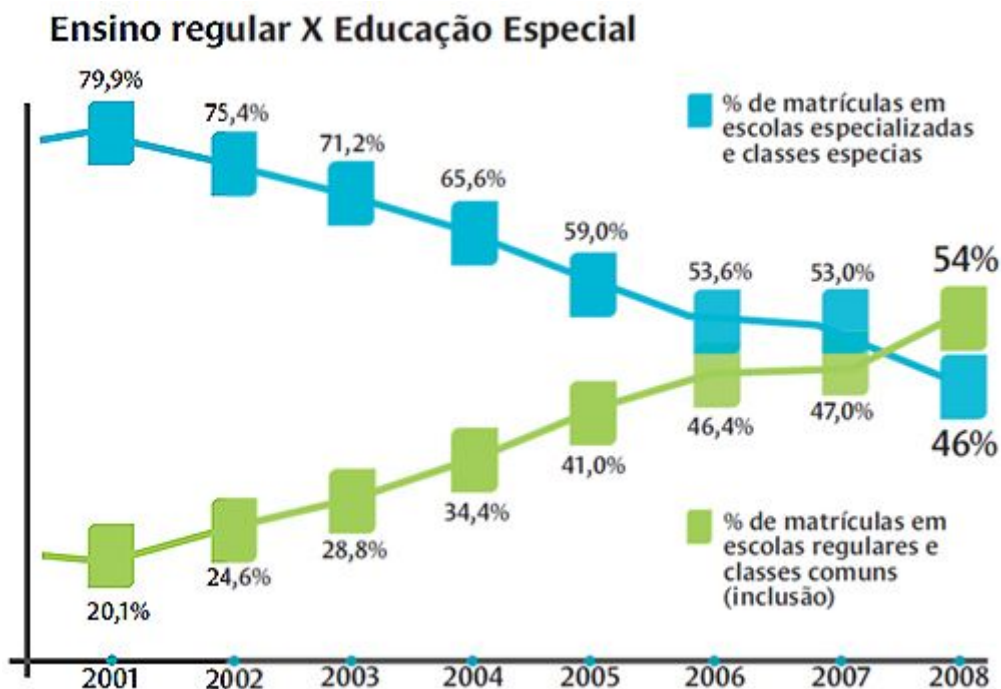
Foi com essa proposta que ele criou o app Minha Rotina Especial, lançado em 2015. A ideia era criar um software de baixo custo, instalado num aparelho que as crianças já estão habituadas, com informações personalizadas para ajudar em sua organização antes da tarefa e visualização posterior para lembrar o que foi feito, ajudando a reforçar o aprendizado. A proposta também era que os cuidadores, os profissionais de educação e reabilitação pudessem acompanhar o desenvolvimento das crianças com deficiência, personalizando orientações, compartilhando relatórios e objetivos para as crianças com deficiência nas atividades diárias.

Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/dino/noticias/a...>> Acesso em 20 jul 2016.

TEXTO IV

Até que, em 2008, após anos de debates, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva acabou com a escolha entre ensino regular e especial.

A nova política começou a mudar os padrões ao definir com clareza como deve ser oferecida a Educação para todos os que têm deficiência. Não por acaso, nesse mesmo ano, pela primeira vez, o número de alunos com necessidades especiais no ensino regular superou o de matriculados em salas especiais.



Disponível em: <<http://novaescola.org.br/formacao/inclusao-ensina-...>> Acesso em 20 jul 2016.